

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original S.A. (Conglomerado), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Em 2013 o Conglomerado passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas. Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Conglomerado encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado. Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivamente a este segmento. Este esforço apresentou resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas convertidas em clientes. Em 2014, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado neste importante nicho do mercado brasileiro.

• PROJETO BANCO DIGITAL

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de alta renda, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento. A partir desses princípios, iniciamos, em 2013, e aceleramos, em 2014, pesados investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para construção de um banco digital completo, que utilizará o que há de mais atual na tecnologia global. O lançamento está previsto para 2015.

• DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

1. Resultados

Na análise comparativa do exercício de 2014 com o mesmo período de 2013, destacamos:

O crescimento de 12,3% da carteira de operações de crédito, que está representado pela expansão do segmento corporate e agro e a aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de clientes e produtos, que, por serem de menor risco, geram menor margem financeira, e resultam em menores despesas com provisão de crédito. O crescimento do desempenho do novo direcionamento de negócio, apesar de expressivo crescimento da carteira de crédito, nossa despesa com provisão de crédito teve redução de 34%, em função da melhora da qualidade do portfólio, evidenciada no índice de carteira vencida a mais de 60 dias, que reduziu de 10,6% para 4,1%. Mesmo com a queda no montante de despesa da provisão de crédito nosso índice de cobertura, apurado pela relação entre o saldo de provisão e os créditos vencidos acima de 60 dias aumentou de 90% para 150%.

Embora a Receita de Operações de Crédito tenha crescido e a despesa com provisão tenha reduzido, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira se manteve compensando a queda no resultado em operações

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2014	2013
Ativo Circulante		3.515.021	2.469.780
Disponibilidades	5	28.950	23.753
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	243.559	676.665
Aplicações no Mercado Aberto		205.649	626.507
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		37.910	50.158
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.201.529	790.779
Carteira Própria		1.109.217	645.247
Vinculados a Compromissos de Recompra		21.288	79.629
Vinculados à Prestação de Garantias		24.765	61.068
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b	46.259	4.835
Relações Interfinanceiras	8	778	1.594
Crédito Vinculados		685	387
Depósitos no Banco Central		606	387
Correspondentes		172	1.207
Relações Interdependências	558	-	-
Transferências Internas de Recursos		558	-
Operações de Crédito	9	1.834.168	794.335
Setor Privado		1.883.282	823.849
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(49.114)	(29.514)
Outros Créditos	10	196.613	179.166
Carteira de Câmbio		98.397	-
Rendas e Recebíveis		652	196
Imposto de Renda e Contribuição Social		12.332	1.642
Créditos Tributários	10.b	45.328	41.693
Diversos	10.d	44.180	135.635
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(4.276)	-
Outros Valores e Bens	11	8.866	3.488
Despesas Antecipadas	11	8.866	3.488
Ativo Realizável a Longo Prazo	911.357	552.859	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	4.309	8.471
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.309	8.471
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	182.815	111.362
Carteira Própria		32.487	102.030
Vinculados à Prestação de Garantias		149.994	9.298
Instrumentos Financeiros Derivativos		334	34
Operações de Crédito	9	169.777	270.345
Setor Privado		184.188	309.830
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(14.411)	(39.485)
Outros Créditos	10	495.828	141.117
Créditos Tributários	10.b	130.377	141.117
Diversos	10.d	365.451	-
Outros Valores e Bens	11	58.628	21.564
Outros Valores e Bens		74.116	37.052
(Provisão para Desvalorização)		(15.488)	(15.488)
Permanente	12	194.465	30.145
Investimentos	12	2.760	783
Participações em Coligadas e Controladas:		2.295	179
No País	12	2.295	179
Outros Investimentos		465	604
Imobilizado de Uso	13	44.257	8.805
Outras Imobilizações de Uso		57.148	19.491
(Depreciações Acumuladas)		(12.891)	(10.686)
Ativos Intangíveis	14	147.448	20.080
Ativos Intangíveis		147.448	20.080
Diferido	15	-	477
Gastos de Organização e Expansão		-	8.382
(Amortizações Acumuladas)		-	(7.905)
Total do Ativo		4.620.843	3.052.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos Acumulados)	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		2.098.620	-	-	1.553	6.718	1.923.686
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	20.c	-	-	-	-	(183.205)	12.100
Aumento de Capital em Andamento	20.a	-	12.559	-	-	(12.559)	-
Homologação do Bacen s/Aumento de Capital Social		70.793	-	-	-	-	70.793
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	-	-	-	(6.214)	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	66.930	66.930
Destinações:							
Juros sobre o Capital Próprio	20.c	-	-	-	-	(30.450)	(30.450)
Constituição de Reserva Legal		-	-	749	-	(749)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.169.413	12.559	2.302	749	504	(147.932)
Mutações do Exercício		70.793	1.559	2.302	749	504	35.272
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.169.413	12.559	2.302	749	504	(147.932)
Homologação do Bacen s/Aumento de Capital Social		14.903	(12.559)	-	-	-	(2.344)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	-	-	-	(8.683)	-	(8.683)
Aumento de Capital em Andamento	20.a	-	23.149	-	-	-	23.149
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	73.189	73.189
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal		-	-	123	-	(123)	-
Absorção Reserva Legal		-	-	(689)	-	689	-
Juros sobre o Capital Próprio	20.c	-	-	-	-	(41.351)	(41.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.184.316	23.149	1.736	(8.179)	(117.872)	2.083.150
Mutações do Exercício		14.903	10.590	(566)	(6.683)	30.060	46.304
Saldos em 30 de Junho de 2014		2.181.513	2.803	2.425	3	(126.239)	2.060.505
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	-	-	-	(8.182)	-	(8.182)
Aumento de Capital em Andamento	20.a	2.803	20.346	-	-	-	23.149
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	49.029	49.029
Destinações:							
Absorção Reserva Legal		-	-	(689)	-	689	-
Juros sobre o Capital Próprio	20.c	-	-	-	-	(41.351)	(41.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.184.316	23.149	1.736	(8.179)	(117.872)	2.083.150
Mutações do Semestre		2.803	20.346	(689)	(8.182)	8.367	22.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; e do Banco Original do Agronegócio S.A., como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolva suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), especificamente as normas do Conglomerado Financeiro, do Bacen e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As Demonstrações Combinadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/1987.

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 31 de dezembro de 2014 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que ambos não possuem participação um no outro e são controlados pela J&F Participações Ltda (J&F). O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido, das entidades que compõem as Demonstrações Combinadas estão assim representados:

	Banco Original S.A.		Banco Original do Agronegócio S.A.	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Total do Ativo	4.451.279	2.573.639	263.522	532.526
Total do Passivo	2.473.894	640.768	157.757	428.553
Total do Patrimônio Líquido	1.977.385	1.932.871	105.765	103.973
Total Lucros (prejuízos) Líquidos do período	69.061	47.499	4.129	19.431

Nos procedimentos de combinação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

Em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado apresentou lucro de R\$ 73.189 mil, contra um lucro de R\$ 66.930 mil apresentados em 2013.

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

em renda variável onde destacamos o evento extraordinário de reclassificação das ações da JBS S.A. de disponível para venda para negociação no final de 2013 com impacto positivo do resultado daquele exercício.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 4.620.843 mil (2013, R\$ 3.052.784) e, são representados por: R\$ 247.868 (2013, R\$685.136) Aplicações Interfinanceiras, R\$ 1.384.344 (2013, R\$ 902.141) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos e R\$ 2.455.908 (2013, R\$ 1.064.680) de Carteira de Crédito, líquida da provisão para devedores duvidosos.

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 2.523.709 mil (2013, R\$ 1.133.679), o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 67.801 mil (2013, R\$ 68.999), correspondente a 2,7% da carteira total (2013, 6%), em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

A carteira de crédito expandida incluindo avais e fianças ao término no exercício atingiu o montante de R\$ 2.713.525 (2013, R\$ 1.201.999) com um saldo de provisão para liquidação duvidosa de R\$ 69.027.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$ 3.006.758 mil e em 2013 R\$ 2.318.327 mil.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 2.083.151 mil (Capital Social - R\$ 2.207.466 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$ (8.179) mil, Reservas de Lucro R\$ 1.736 e Prejuízos Acumulados R\$ (117.872) mil, comparados a R\$ 2.036.844 mil (Capital Social - R\$ 2.181.972 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$ 504 mil, Reserva de Lucros R\$ 2.302 e Prejuízos Acumulados - R\$ (147.934) mil, apresenta evolução de 2,3%, este aumento é decorrente, principalmente, do lucro incorrido no exercício.

• EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS

Em 2014 o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou as seguintes expansões para o Banco Original S.A.: Operar com a carteira de investimentos e/ou desenvolvimento; Abertura de agência no exterior; Aquisição de investimento na Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. Aquisição de investimento na Original Asset Management Ltda.

• AGÊNCIA DE RATING

As agências internacionais de rating, atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado. A tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto Prazo	Longo Prazo
Moody's ⁽¹⁾	BR - 2	Baa1.br
Standard & Poor's ⁽²⁾	brA-3	brBBB
Fitch Rating ⁽³⁾	F2	BBB+

(1) Atualizado em outubro de 2014.

(2) Atualizado em junho de 2014.

(3) Atualizado em janeiro de 2015.

• GOVERNANÇA CORPORATIVA

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo Bacen relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, compliance e regulatório.

Durante 2013, foram atualizados, estruturados e definidos os papéis e responsabilidades individuais dos Comitês que definem a Governança do Conglomerado entendidos como fundamentais para o desempenho dos negócios, com o objetivo de estabelecer o processo de decisão institucional e agregar valor ao negócio.

O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo Bacen.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

• OUIDORIA

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2014, foram abertas 92 demandas (2013 - 231), todas relativas a Consignados e informadas à Alta Administração do Conglomerado, que também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

• RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria. Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)
A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e para as demais empresas é de 9% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

• **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;

• **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS 0,65% e a Cofins 4,00% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos
Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros
Entendem-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas
O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 22.c.

s) Resultado por Ação
É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)
A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada um das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2014 e 2013, foram deliberados dividendos na forma de JCP; - a deliberação está demonstrada na Nota 20.d

u) Informações Suplementares
Até o momento da elaboração das Demonstrações Financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram publicadas duas normas legais relacionadas à matéria tributária, que embora tenham início de vigência em 1º de janeiro de 2015, poderiam produzir algum efeito subsequente nos resultados auferidos pelo Conglomerado Original, ora demonstrados, cujos procedimentos adotados pela Administração estão adiante descritos.

Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014
A Lei nº 12.973, fruto da conversão da MP 627/13, revogou o RTT - Regime Tributário de Transição, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, regime que eliminava os efeitos tributários dos ajustes contábeis efetuados em função das alterações introduzidas na Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, pela Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2008.

Mencionada Lei concedeu às pessoas jurídicas a opção de antecipar seus efeitos da Lei para o ano - calendário de 2014, o que resultaria na adoção de todos os procedimentos tributários nela inseridos, a partir de 1º de Janeiro de 2014.

A Administração fez uma avaliação dos efeitos decorrentes da utilização da prerrogativa acima mencionada e concluiu que a antecipação de sua vigência não resultaria em nenhum benefício para a Instituição, razão pela qual decidiu seguir o fluxo normal da entrada em vigor da Lei, acatando as alterações na formação de bases de cálculo dos tributos federais por ela trazidas, a partir de 1º de janeiro de 2015.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	28.950	23.753
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	206.408	572.334
Total	235.358	596.087

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2014	31/12/2013
Até 3 Meses	205.649	626.507
De 3 a 12 Meses	205.649	626.507
Acima de 12 Meses	205.649	626.507
Total	617.347	1.880.521

Aplicações no Mercado Aberto

	31/12/2014	31/12/2013
Posição Bancada	205.649	626.507
Notas do Tesouro Nacional - LTN	205.649	626.507
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-
Total	411.298	1.253.014

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	31/12/2014	31/12/2013
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	759	58.626
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	37.151	54.046
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	4.309	54.046
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	42.219	54.046
Total	107.239	170.764

Composição

	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	28.950	23.753
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	206.408	572.334
Total	235.358	596.087

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2014	31/12/2013
Até 3 Meses	205.649	626.507
De 3 a 12 Meses	205.649	626.507
Acima de 12 Meses	205.649	626.507
Total	617.347	1.880.521

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	31/12/2014	31/12/2013
Carteira Própria	-	-
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.289	897
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	11.889
Total	9.289	12.986

Títulos Privados

	31/12/2014	31/12/2013
Ações de Companhia Abertas	33.249	105.041
Total	33.249	105.041

Vinculados a compromissos de recompra

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Total	-	-

Vinculados à prestação de garantias

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Total	-	-

a.1.2) Títulos Disponível para Venda

	31/12/2014	31/12/2013
Carteira Própria	-	-
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	418.645	415.884
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	169.340	165.641
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	80.999	80.091
Aplic. em TVM no Exterior	409.207	406.959
Total	1.088.191	1.068.575

Títulos Privados

	31/12/2014	31/12/2013
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.283	3.374
Ações de Companhia Abertas	-	29.543
Total	3.283	33.417

Vinculados a compromissos de recompra

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.590	21.288
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-
Total	21.590	21.288

Vinculados à prestação de garantias

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	112.219	110.592
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	25.303	24.750
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	39.717	39.417
Total	177.239	174.759

a.2) Classificação e Vencimento

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos para Negociação	-	-
Carteira Própria	-	-
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.368	897
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	11.889
Total	9.368	12.986

Títulos Privados

	31/12/2014	31/12/2013
Ações de Companhia Abertas	60.878	105.042
Total	60.878	105.042

Vinculados a compromissos de recompra

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Total	-	-

Vinculados à prestação de garantias

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Total	-	-

a.2) Classificação e Vencimento

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Disponíveis para Venda	-	-
Carteira Própria	-	-
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	324.440	415.485
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	165.641	165.641
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	50.887	80.091
Aplic. em TVM no exterior	406.958	406.958
Total	1.048.926	1.068.175

Títulos Privados

	31/12/2014	31/12/2013
Certificados de Recebíveis	-	29.543
Imobiliários - CRI (2)	-	3.283
Total	-	33.417

Vinculados a compromissos de recompra

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Total	-	-

Vinculados à prestação de garantias

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
Total	-	-

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 778 (2013 - R\$1.594) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e Títulos Descontados	1.050.932	804.566
Direitos de Títulos Descontados	385.824	348.615
Capital de Giro	562.589	345.800
Conta Corrente Garantida	77.699	47.098
Empréstimo Consignado	24.421	61.280
Cheque Especial	-	41
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	389	1.021
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	711
Empréstimo rotativo	1	-
Total	2.072.855	1.638.032

Títulos Descontados

	31/12/2014	31/12/2013
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI (2)	2.400	5.323
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) (3)	739.424	295.455
Total	741.824	300.778

Financiamentos Rurais e Agroindustriais

	31/12/2014	31/12/2013
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	63.006	20.454
Financiamentos Imobiliários	107.955	7.881
Operações de crédito vinculadas a cessão (Nota 9.f)	102.862	-
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 10.a)	88.996	-
Outros Créditos (Nota 10.d)	367.243	-
Subtotal	2.523.709	1.133.679

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9. e.1)	(4.276)	(68.999)
Total	2.519.433	1.064.680

Circulante

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	1.920.680	794.335
Total	4.440.113	2.858.365

Longo Prazo

	31/12/2014	31/12/2013
Longo Prazo	535.228	270.345
Total	4.975.341	3.128.710

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como as atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimento na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Os títulos no exterior encontram-se custodiados no Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd, Nassau, Bahamas. O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre 31/12/2014
--	------------------------

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2014	31/12/2013
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.295	34.310
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	25	881
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(851)	(1.636)
Ajustes Futuros - DI e DDI	13.487	6.346
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(627)	(295)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	30.329	39.605
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	7.582	9.901
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	4.549	5.941
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.295	34.310
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	25	881
Ajustes Futuros - DI e DDI	13.487	6.346
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	32.701	41.537
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	1.521	1.931
Total do Passivo Fiscal Diferido (Nota 18.a)	13.652	17.774
Circulante	13.652	17.774

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2014		31/12/2013			
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2014	-	-	41.693	17.774	-	23.919
2015	45.328	13.652	31.676	30.206	-	30.206
2016	18.855	-	18.855	19.238	-	19.238
2017	33.289	-	33.289	28.044	-	28.044
2018	65.242	-	65.242	46.489	-	46.489
2019	7.812	-	7.812	17.140	-	17.140
A partir de 2020	5.179	-	5.179	-	-	-
Total	175.705	13.652	162.053	182.810	17.774	165.036

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de Dezembro de 2014, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 137.255 (R\$ 135.356 em 2013).

d) Outros Créditos Diversos

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	21.000	9.776
Devedores por Depósitos em Garantia	9.886	8.731
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.808	1.399

Controladas do Conglomerado

Original Negócios Agropecuários Ltda. ⁽¹⁾
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾
Matone Promotora Ltda. ⁽⁶⁾
Original Asset Management Ltda. ⁽²⁾
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾

Coligadas do Conglomerado

Brasil Agrosec Cia Securitizadora ³

	31/12/2014	31/12/2013
Total	2.304	(2.684)

(1) Em fase pré-operacional com capital a integralizar.

(2) Investimento adquirido em dezembro de 2014.

(3) Investimento alienado em dezembro de 2014.

(4) Investimento alienado em dezembro de 2013.

13. Imobilizado de Uso

	31/12/2014		31/12/2013	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.879	(1.333)	3.546	3.270
Sistemas de Processamento de Dados	50.507	(10.410)	40.097	4.776
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.210	(651)	559	673
Outros	552	(497)	55	86
Total	57.148	(12.891)	44.257	8.805

14. Intangível

	31/12/2014		31/12/2013	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	103.845	103.845	17.669	17.669
Gastos com Consultoria Especializada	43.603	43.603	2.411	2.411
Total	147.448	147.448	20.080	20.080

O Banco está reconhecendo um intangível referente ao projeto digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes. A expectativa que a amortização iniciará é a partir do ano de 2016.

15. Diferido

Em 31 de dezembro de 2014, não tínhamos saldo de Diferido (R\$ 477 em 2013).

16. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos à Vista	33.097	-	-	-	33.097	18.863
Depósitos Interfinanceiros	-	-	35.433	-	35.433	36.642
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	192.163	148.415	264.656	605.234	413.948
Total	33.097	192.163	183.848	264.656	673.764	469.453
Circulante	-	-	-	-	409.108	209.749
Longo Prazo	-	-	-	-	264.656	259.704

Em 31 de dezembro de 2014 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 273.178 (2013 - R\$ 369.808) e CDB no montante de R\$ 332.054 (2013 - R\$ 44.139).

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 116,5% do CDI e 131,6% do IPCA (31/12/2013 - 90% e 115,5% do CDI) e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 11,33% a.a. e 14,06% a.a. (31/12/2013 - 7,83% a.a. e 10,50% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% e 121% do CDI (31/12/2013 - 108% e 130% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depósitos Interfinanceiros	(543)	(726)	(4.104)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(28.610)	(53.035)	(52.796)
Captação no Mercado Aberto	(1.796)	(2.753)	(1.899)
Despesas de Letras Financeiras	(105)	(131)	-
Despesa de Letras Imobiliárias	(5.686)	(5.862)	-
LCA	(33.693)	(48.795)	-
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(2.028)	(3.983)	(21.529)
Total	(72.461)	(115.285)	(60.328)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
Carteira Própria	17.805	-	-	17.805	78.829
Títulos Públicos - LTN	17.805	-	-	17.805	78.829
Total	17.805	-	-	17.805	78.829
Circulante	17.805	-	-	17.805	78.829

Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares

	31/12/2014	31/12/2013
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	319.195	341.416
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	3.172	127.060
Letras Financeiras - LF	-	228
Total	322.367	468.704
Circulante	791.071	217.991
Longo Prazo	84.308	166.528

O Conglomerado realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 50% e 104% do CDI (31/12/2013 - 50% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,38% a.a. e 12,56% a.a. (31/12/2013 - 7,05% a.a. e 12,11% a.a.). Para LCI com taxas praticadas para operações pós-fixadas no montante de 96% a 103% do CDI. Para as operações pós-fixadas com taxas praticadas de 67,67% IGPm.

c) Relações de Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional.

d) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
Funcafé - FAC	17.062	19.144	-	36.206	1.758
Funcafé - Custeio	-	-	-	-	8.717
Funcafé - Estocagem	2.013	8.984	955	11.952	4.003
Funcafé - Capital de Giro	6.191	5.838	2.948	14.977	11.375
Total	25.266	33.966	3.903	63.135	25.853
Circulante	-	-	-	59.232	22.407
Longo Prazo	-	-	-	3.903	3.446

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

17. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações em moedas estrangeiras	66.228	9.696	-	75.924	-
Obrigações para empréstimos no exterior	-	487.086	-	487.086	-
Total	66.228	496.782	-	563.010	-

O conglomerado realiza operações com taxas praticadas em operações com moedas estrangeira de 0,7% a a 2,15% a.a. As aplicações em TVM no exterior na sua totalidade foram dadas em garantia dessa operação.

18. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a Recolher	17.762	10.824
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.944	198
Impostos e Contribuições sobre Salários	6.061	4.068
PIS	344	205
Cofins	2.123	1.255
I.R.R.F. a recolher s/Juros Capital Próprio	6.030	4.567
I.R. - s/operações de renda fixa	20	86
I.R. - s/operações de renda variável	1.801	-
IOF - Renda fixa	-	63
IOF - Capital de Giro	263	323
Outros	176	58
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	16.748	1.585
Provisão para Imposto de Renda	10.948	1.142
Provisão para Contribuição Social	5.800	443
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	13.652	17.774
Total	48.162	30.183
Circulante	48.162	30.183

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1.1)	23.600	22.348
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2.1)	28.594	26.033
Provisão para Outros Créditos (Nota 9.a.e.1)	11	101
Provisão para Pagamentos a Efetuar	59.001	56.118
Despesas de Pessoal	14.057	1.226
Outras Despesas Administrativas	437	452
Outros Pagamentos	43.929	5.348
Consignados	578	1.973
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.974	11.080
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	2.255	1.198
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	4.595	14.741
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	150
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Obrigações para Operações Vinculadas à Cessão (Nota 9.f)	105.040	-
Adiantamentos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	773	796
Provisão para Fianças	1.226	1.226
Créditos Diversos - Exterior/País	9.522	2.699
Outros	113	312
Total	248.804	135.676
Circulante	196.510	82.812
Longo Prazo	52.294	52.864

	31/12/2014	31/12/2013
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	2.779	1.450
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	5.299	3.882
Pagamentos a Ressarcir	1	-
Adiantamentos Salariais/Outros	724	562
Valor a Receber de Alienação de Investimento (Nota 31.a)	-	70.940
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	835	40.982
Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito (Nota 9.a)	367.239	-
Títulos e Créditos a Receber sem característica de concessão de crédito (Nota 9.a)	4	-
Outros	9.942	4.644
Total	409.631	135.635
Circulante	409.631	135.635
Longo Prazo	365.451	-

(1) Em 30 de junho de 2013, este montante refere-se, principalmente, ao PIS e à Cofins a compensar, oriundos da incorporação da Ficrisa Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2003, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

(2) O Conglomerado possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial. Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 170.390, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e beneficiários, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

11. Outros Valores e Bens

	31/12/2014	31/12/2013
Bens não de Uso - Imóveis ⁽¹⁾	74.116	37.052
(Provisão para Desvalorização)	(15.488)	(15.488)
Despesas Antecipadas	8.866	3.488
Total	67.494	25.052
Circulante	8.866	3.488
Longo Prazo	58.628	21.564

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2014 o Conglomerado fez uma consolidação de imóveis no montante de R\$ 37.064 para quitação de dívidas. Destacamos que não houve impacto no resultado, pois, a reversão da PCLD para essa recuperação ocorreu no mesmo período de sua constituição.

12. Participações em Coligadas e Controladas

||
||
||



Banco Original

www.bancooriginal.com.br

Conglomerado Financeiro Original

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

O Conglomerado possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO).

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precisam dos instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites e níveis de alertas: "V_{AR} (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

O Conglomerado tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez.

A importância dada pela Alta Administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é periodicamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê de Diretoria.

Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a Alta Administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

As variáveis utilizadas pelo Conglomerado para a análise são: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez (Caixa Mínimo), Concentração de Passivos e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de *rating* do cliente.

No caso particular em que o cliente é a contraparte do Conglomerado para uma operação de derivativos a abordagem utilizada é denominada risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas ficam associadas às flutuações de mercado.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Conglomerado, de forma independente das áreas de negócio.

32. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2014, os avais e fianças concedidos a terceiros pelo Conglomerado mediante comissão no montante de R\$189.816 (2013 - R\$68.320), que estão sujeitas a encargos financeiros, contragarantias dadas pelos beneficiários, que temos constituída provisão no montante de R\$ 1.226 baseados em critérios consistentes com a Resolução CMN nº 2.682, registrado em Outras Obrigações Diversas.

Adicionalmente temos cobrança em cessões de créditos no montante de R\$451 (2013 - R\$1.400) apuradas pelas taxas das cessões.

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2014, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$6.409 (2013 - R\$18.804) referente à carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no exercício, atingem o montante de R\$ 370 (2013 - R\$733). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Conglomerado, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2014 o Conglomerado atende todos os índices financeiros.

A DIRETORIA

CONTADOR: Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original tem como principais atribuições supervisão dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

No segundo semestre de 2014, o Conglomerado Original promoveu a alteração de composição do Comitê de Auditoria. Não obstante a permissão para instituições financeiras de capital fechado, constante do art. 11, § 1º, inciso I, e do art. 13, inciso II, "a", da Resolução 3198/04, de participação de diretores no Comitê de Auditoria, o Conglomerado optou pela migração para um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, o que se alinha às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, da auditoria interna e da auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Conglomerado em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações nos processos que audita.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos e responsável pela Ouvidoria, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2014.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos

trabalhos de auditoria interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2014 das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado Financeiro Original a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

Comitê de Auditoria

Marcelo Habice da Motta
Márcio Antônio Teixeira Linhares
Miguel Burgos Neto

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

Aos Administradores e Acionistas do

Conglomerado Financeiro Original

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do **Conglomerado Financeiro Original ("Conglomerado")**, que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem

como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Conglomerado Financeiro Original em 31 de dezembro de 2014, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

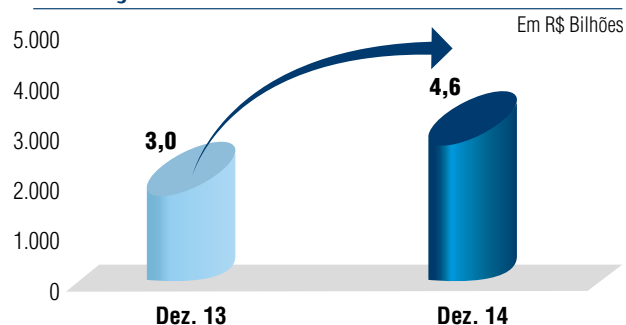
Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

NOTAS DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

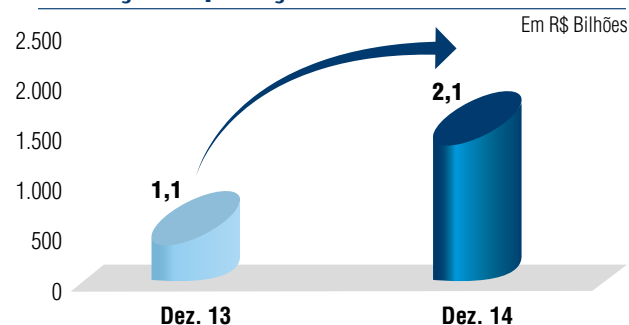
Apresentamos as demonstrações financeiras Combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Os relatórios completos auditados, com opinião favorável, sem ressalva, da KPMG, encontram-se no site www.bancooriginal.com.br.

Evolução Ativo



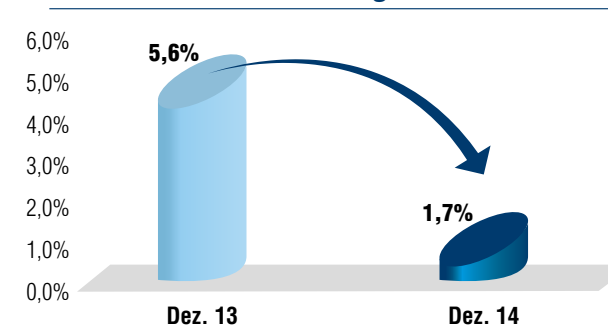
✓ **Crescimento de 53% dos Ativos**

Evolução Operações de Crédito



✓ **Crescimento de 91% da Carteira de Crédito**

Índice Non Performing - 60 dias



✓ **Evolução na qualidade do crédito Non Performing com queda de 3,9% p.p.**

✓ **Patrimônio Líquido R\$ 2,1 BILHÕES**

✓ **Índice de Basileia 46,2 %**

BALANÇO PATRIMONIAL Consolidado Sintético

(Em R\$ mil)

ATIVO	Dez/2014	Dez/2013	PASSIVO	Dez/2014	Dez/2013
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.426.378	3.022.639	PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.535.326	1.014.984
Disponibilidades	28.950	23.753	Depósitos e Recurso de Aceite e Emissão de Títulos	1.549.143	703.702
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	247.868	685.136	Captações no Mercado Aberto	17.805	78.829
TVM e Derivativos	1.384.344	902.141	Relações Interdependências	1.465	21.203
Relações Interfinanceiras	778	1.594	Obrigações por Empréstimos	563.010	-
Relações Interdependências	558	-	Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	63.135	25.853
Operações de Crédito	2.003.945	1.064.680	Instrumentos Financeiros Derivativos	18.285	4.278
Outros Créditos	692.441	320.283	Outras Obrigações	322.483	181.119
Outros Valores e Bens	67.494	25.052			
PERMANENTE	194.465	30.145	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	2.367	956
Investimentos	2.760	783			
Imobilizado de Uso	44.257	8.805	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.083.150	2.036.844
Intangível	147.448	20.557	TOTAL DO PASSIVO	4.620.843	3.052.784
TOTAL DO ATIVO	4.620.843	3.052.784			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO Consolidado Sintético

(Em R\$ mil)

	Dez/2014	Dez/2013
Receita da Intermediação Financeira	477.874	313.141
Evento Extraordinário - Alienação de Carteira	-	82.111
Despesa da Intermediação Financeira	(199.331)	(121.493)
Resultado Bruto da Intermediação	278.543	273.759
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(180.681)	(182.842)
Resultado Operacional	97.862	90.917
Resultado não Operacional	354	434
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	98.216	91.351
Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.027)	(24.421)
Lucro Líquido do Período	73.189	66.930